epistemológico. Só é pena que a autora não pudesse ter ido ir mais além no recurso a uma bibliografia mais exaustiva, que ela não cita, ou refere apenas de uma forma breve.

VÍTOR NETO

vitormpneto@sapo.pt

Professor da FLUC

Orcid: 0000-0002-1713-9901

https://doi.org/10.14195/2183-8925_36_18

João Filipe Queiró, *O Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos (Ensaios da Fundação), 2017, 96 p. Depósito Legal n.º 429 992/17. ISBN: 9898863293

Aos estudantes e professores, a universidade não dá conforto, dá-lhes tempo, o tempo longo e necessário ao estudo escrupuloso e ao desenvolvimento pessoal. (p. 18)

Estas palavras constituem apenas uma das muitas epígrafes que poderiam ajustar-se ao ensaio que João Queiró escreveu sobre o Ensino Superior em Portugal, recentemente publicado na já extensa e inestimável coleção de Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

De facto, a apologia do saber que se adquire de forma lenta, persistente, sólida, longe de distrações (tecnológicas ou outras) traduz apenas um dos pontos fortes que sustentam o pensamento do autor.

A obra em apreço integra-se plenamente no género a que pertence, ou seja, assume-se como verdadeiro *ensaio*, veiculando posições claras que contrariam algumas tendências dominantes. Por detrás da sua aparente simplicidade, a citação que acima se transcreve remete, desde logo, para ideias de vasto alcance, defendendo as noções de «tempo longo», «estudo escrupuloso» e «desenvolvimento pessoal» (e não apenas académico). Ora, sabemos bem como essas posições são hoje postas em causa em nome de ritmos de aprendizagem bem mais céleres e, sobretudo, em nome de uma lógica de produtividade estritamente quantitativa.

A ideia central que sustenta o ensaio, porém, é ainda mais forte e consequente: **o Ensino Superior constitui um poderoso fundamento de soberania**. Depois da perda natural de fatores de independência como as fronteiras físicas ou a moeda própria, é no Ensino Superior que reside a possibilidade de Portugal vir a manter-se como comunidade diferenciada no quadro de uma globalidade geopolítica de natureza particularmente instável.

Em nome dessa tese de fundo, o autor aponta inclusivamente como propósito essencial do seu trabalho a necessidade de combater o desconhecimento público em relação a um tema tão importante como este, dando exemplo de uma análise serena, ponderada e construtiva.

Fiel a esse propósito, o ensaísta procura convocar dados factuais quando se ocupa de áreas tão diversas como o acesso ao ensino superior, a distribuição da oferta formativa pelas diferentes áreas, propinas e ação social, modelos de governação das instituições ou avaliação de professores.

Ao contrário do que poderia supor-se, porém, João Filipe Queiró não se limita a quantificar dados. Embora assuma essa vertente como base da qual deve partir qualquer reflexão, o autor não hesita em assumir um discurso comprometido. Sabemos, assim, que é favorável à manutenção do sistema binário, compreendendo universidades e politécnicos, e defende a proporção de corpos que se vem verificando nos órgãos de governo das instituições, envolvendo estudantes, professores e funcionários; do mesmo modo que advoga o reforço da componente pedagógica em todos os momentos da formação do docente, insiste na preservação da independência do Conselho Geral em relação aos outros órgãos de governação, vê vantagens na existência de um Senado e na diferenciação entre concursos de recrutamento e outros que, em seu juízo, deveriam ser previstos para a progressão na carreira docente. Na linha das suas principais preocupações destaca-se ainda a necessidade de aumentar significativamente as verbas consagradas ao apoio de estudantes carenciados, lamentando o facto de essas verbas se encontrarem demasiado dependentes de fundos europeus.

Uma das áreas em que a sua argumentação soa com maior veemência, porém, relaciona-se com a absolutização da bibliometria que vem predominando na avaliação de investigadores e docentes. A propósito deste tema, fica na memória de quem lê o seguinte juízo: «[...] não há substituto para a leitura e a avaliação humanas. A avaliação valerá o que valerem os humanos que a fazem. Não há objetividades numerológicas que resolvam este problema. Elas são uma quimera» (p. 73).

Do mesmo modo, quando é chamado a definir a sua ideia de *bom professor*, adota um conjunto de procedimentos particularmente retilíneos: «Na relação professor-estudante a responsabilidade também se cumpre através de não-ditos, pelo exemplo e não só: o professor pratica a honestidade intelectual, o professor fala e escreve com correção, o professor não leva o telefone para as aulas, etc.» (p. 82).

Conseguir em tão curto espaço chamar à colação um conjunto tão vasto de problemas, sustentá-los com factos e fundamentos éticos e legais, pressupõe uma longa e persistente reflexão sobre o Ensino Superior, englobando a sua história recente e os dilemas que se lhe colocam no curto e médio prazo. A toda esta continuidade reflexiva acresce ainda a experiência essencial de quem, como João Queiró, teve oportunidade de lidar de perto com esses mesmos assuntos ao longo dos dois anos em que foi chamado a exercer funções governativas.

O livro que agora em boa hora se edita tem, desde logo, o mérito de preencher uma lacuna na relativamente escassa bibliografia recente sobre o Ensino Superior em Portugal. Mas tem sobretudo o mérito de perseverar num desígnio construtivo. De facto, estando em causa um tema de tão relevante interesse para os portugueses é sempre muito mais útil encará-lo numa perspetiva de futuro, optando por uma atitude de esperança empenhada e não de lamentação sistemática e improdutiva.

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

augusto@ci.uc.pt

Professor Catedrático da Faculdade de Letras

da Universidade de Coimbra

Orcid: org/0000-0002-8019-2465

https://doi.org/10.14195/2183-8925_36_19